

Jornalismo e literatura: modos de dizer¹

Journalism and literature: ways of doing

Fabício Marques²

RESUMO

Tomando como base as funções da linguagem sob o ponto de vista de Roman Jakobson, o objetivo deste trabalho é propor uma fundamentação das características próprias da literatura e do jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo. Literatura. Funções da linguagem.

ABSTRACT

With Roman Jakobson's functions of the language, the aim of this paper is to present an idea to the characteristics found in literature and journalism.

Keywords: Journalism. Literature. Functions of the language.

As frases que escrevemos e lemos sempre fazem parte de um gênero, de uma forma convencional de linguagem, à qual atribuímos algum papel social, algum valor, alguma função. Como ressaltam Faraco e Tezza (1992, p. 23), “é importante deixar bem claro: nós não simplesmente escrevemos (isto é, escrever não é apenas preencher um espaço em branco com frases bem estruturadas e bem grafadas); nós escrevemos em gêneros”. Ou, como assinala Proença Filho (1997, p. 68), “os gêneros são realidades dinâmicas que possibilitam mudanças, variações e imbricações”.

Essa premissa é fundamental para que se entenda as aproximações que se possa fazer entre jornalismo e literatura. Escrever jornalismo é produzir reportagem, notícia,

1 Artigo recebido em 30-9-09. Aprovado em 29-11-09.

2 Doutor em Literatura Comparada pela Faculdade de Letras da UFMG. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Teoria da Literatura e professor no curso de Comunicação Social do Instituto Metodista Izabela Hendrix. Publicou, entre outros: *Sebastião Nunes* (Ed. da UFMG, 2008); *Dez conversas: diálogos com poetas contemporâneos* (edição bilíngue, Gutenberg, 2004) e *Aço em flor: a poesia de Paulo Leminski* (Autêntica, 2001). Coordena o projeto de pesquisa “Mídia e Diversidade Cultural”. Lattes: Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4708923P2>>. E-mail: marques.fabricio@gmail.com.

artigo opinativo. Escrever literatura é navegar nos gêneros épico, lírico e dramático. Criar contos, romances, novelas, poemas (aqui já começa a complicação, pois para muitos teóricos, a poesia não é literatura), ou uma terceira via ainda é possível, um gênero híbrido, mescla de literatura e jornalismo: a crônica.

Mas tudo não é tão simples como parece. Há, nos últimos anos, no campo literário, uma relativização de gêneros, uma dissolução de fronteiras propiciada pelos chamados tempos pós-modernos. O que possibilita, por exemplo, que pelo menos desde Baudelaire, há mais de cem anos, os poetas escrevam versos em prosa. Ou, ainda, a publicação de uma reunião com cem microcontos de autores brasileiros, organizada por Freire (2004). O organizador desafiou os escritores a enviar histórias inéditas de até cinquenta letras (sem contar título e pontuação). O ponto de partida do livro é o mais famoso microconto do mundo, de Augusto Monterroso (“Quando acordou, o dinossauro ainda estava lá.”), de apenas 37 letras.

Poemas podem ser em prosa? Contos podem ter menos de 50 letras? Sim, respondem em coro os escritores e poetas contemporâneos.

Essa flexibilização aconteceu também de forma sistemática em certas áreas do jornalismo brasileiro, que se abriu com relativa intensidade a partir do século XX aos diálogos com a criação literária. Sim, a partir de 2000, mas é preciso fazer justiça a um livro lançado em 1992, pioneiro na análise ou no relato dessa aproximação. Nesse ano, Werneck lançou *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*, que descreve as sucessivas gerações literárias que ganharam existência em Minas Gerais, entre 1921 e início dos anos 80 (século XX), mostrando que os escritores sempre estiveram perto do jornalismo.

Dando conta desse, digamos, ressurgimento, observa Bulhões (2007) que, no Brasil, entre o jornalismo e a literatura registra-se uma trajetória de rica convivência em tempos recuados, “e por mais que se imaginasse uma definitiva separação a partir dos anos 50 (século XX), novos e desconcertantes lances de aproximação entre os caminhos do jornalismo e da literatura têm se realizado em tempos mais recentes”. (p. 9).

Desse modo, o mercado editorial, percebendo essa tendência, lançou novas revistas com espaço garantido para o jornalismo literário, como a *Brasileiros* e a *Piauí*; a Companhia das Letras ofereceu aos leitores a coleção “Jornalismo Literário”, publicando livros de John Hersey, Gay Talese, Truman Capote, Tom Wolfe, Lilian Ross, Joel Silveira, entre outros.

O meio acadêmico não se furtou à tendência, saudável e legítima: um grupo de professores, especialistas no assunto, como Sérgio Vilas Boas e Edvaldo Pereira

Lima, criou a Associação Brasileira de Jornalismo Literário, oferecendo cursos de pós-graduação e extensão.

Em 2004 Cristiane Costa retomava questões que preocupavam João do Rio um século antes, e acrescentando outras: trabalhar na imprensa atrapalha ou ajuda alguém que pretende ser escritor? Para a literatura, o que significou essa aproximação entre o escritor e o jornalista? Tentando responder a essas perguntas, o trabalho de Costa foi lançado em 2005, *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil: 1904 a 2004*.

No mesmo ano, Renan Antunes de Oliveira venceu o prêmio “Esso”, um dos mais prestigiados na área jornalística, com a reportagem *A tragédia de Felipe Klein*, texto que pode ser considerado um representante do gênero em questão.

Mas seria interessante associar esses lances de aproximação entre literatura e jornalismo com o contexto ao qual esses campos estão ligados, ou seja, àquele momento em que nossa cultura vai perdendo a proeminência das *belas letras* e das *belas artes* para ser dominada pelos meios de comunicação, como ressalta Santaella (2005, p. 6). Esse momento é consequência das mudanças trazidas pela Revolução Industrial, pelo desenvolvimento do sistema econômico capitalista e pela emergência de uma cultura urbana e de uma sociedade de consumo que alteraram irremediavelmente o contexto social no qual as *belas artes* operavam.

Esse é, portanto, o contexto em que acontece a cada vez maior convergência entre as comunicações e as artes, representadas aqui pelo jornalismo e pela literatura. Por esse motivo é que se pode verificar hoje, como faz Santaella (2005, p. 6), “a impossibilidade de separação entre as comunicações e as artes, uma indissociação que veio crescendo através dos últimos séculos para atingir um ponto culminante na contemporaneidade”.

Para Santaella (2005, p. 7), convergir não significa “identificar-se, mas tomar rumos que, não obstante as diferenças, se dirijam para a ocupação de territórios comuns, nos quais as diferenças se roçam sem perder seus contornos próprios”.

Assim, as numerosas relações e interinfluências existentes entre literatura e jornalismo vão acontecer nessa zona de sombra ou nessa área de convergência, entre atritos e tensões, tendo como instrumento comum a palavra e suas estratégias discursivas verbais, contudo com especificidades tanto da linguagem literária quanto da jornalística.

Um ponto essencial da confluência de gêneros do jornalismo e da literatura, sem dúvida, atende pelo nome de narratividade. Produzir textos narrativos, ou seja, que

contêm uma sequência de eventos que se sucedem no tempo, é algo que inclui tanto a vivência literária quanto a jornalística. Quanto à narratividade, a busca da confluência atinge os gêneros narrativos em prosa. Romance e conto, na literatura; e reportagem, no jornalismo. (BULHÕES, 2007, p. 40). Para ambos, deve-se levar em conta as visões da narrativa, os personagens, a ação, o tratamento do tempo, o ambiente e o estilo. “Se a literatura habita o espaço permissivo da ficcionalidade”, ressalta Bulhões (2007, p. 25), “o jornalismo parece ter diante de si o horizonte prescritivo daquilo que é razoável, crível ou admissível, a partir do qual deverá recolher o factual consumado, efetivado, a ser transformado em informação”.

Ainda de acordo com Bulhões (2007), no jornalismo, a linguagem é meio, e não, fim; na literatura, a linguagem é fim, centro das atenções. Partindo desse princípio, todo texto literário é insubstituível: a experiência estética só se dá quando lemos a obra literária, não há como consegui-la por terceiros. A obra de arte literária recria a realidade. Ela não tem compromisso com a veracidade factual. Ao mesmo tempo, a ausência de ficcionalidade não inviabiliza a realização literária. Diferentemente, no texto jornalístico, a permutabilidade e a retransmissão chegam a constituir uma espécie de índole da textualidade jornalística. (BULHÕES, 2007).

Do ponto de vista do leitor, textos literários e jornalísticos se fazem de expectativas. Quando o leitor está diante de um texto jornalístico, ele tem a expectativa de que o que vai ler seja comprovável, verificável. Diante de uma obra literária, ele cumpre o pacto proposto com o autor de que “qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência”. Para colocar em prática essas definições tanto da literatura quanto do jornalismo, vamos acompanhar dois exemplos. Primeiro: “O número que deve definir a eleição parlamentar espanhola em favor do conservador Partido Popular é 1.155.590. Esse é o total de pessoas que conseguiram emprego no atual governo do PP.”

A frase, do jornalista Clóvis Rossi, é uma das chamadas de capa da “Folha de S. Paulo” de 12 de março de 2000, domingo, n. 25.911, ano 80. Trata-se de um texto jornalístico. Segundo: “A poesia é o diário de um animal-marinho que vive na terra e que gostaria de voar.” O aforismo, do poeta norte-americano Carl Sandburg, pode ser qualificado como um texto literário.

Esses dois exemplos servem de porta de entrada para a reflexão que se quer propor, em torno de dois temas que, entrelaçados, acendem a polêmica: jornalismo é literatura? Essa questão pode ser desdobrada em outras: um texto jornalístico pode ser considerado um texto literário? Quem define quando um texto é literário e quando ele se torna jornalístico? Um texto pode ser ao mesmo tempo jornalístico e literário?

O jornalista Eric Nepomuceno (1999), ao traçar paralelos entre jornalismo e literatura, posiciona-se entre os que defendem aquele como gênero dessa última. O jornalismo seria um gênero literário, como o conto e o romance o são. Nesse contexto, Nepomuceno ressalta a especificidade do texto jornalístico.

Para começo de conversa, o produtor desse gênero de texto sofre pressões específicas, como o tempo (deve entregar a matéria redigida até determinado horário, cumprido com rigor) e o espaço (seu texto deve ocupar uma área preestabelecida da página em que será incluído). E Nepomuceno (1999, p. 21) continua: “O mesmo rigor técnico, a mesma criatividade, o mesmo cuidado que são exigidos de um texto de ficção são exigidos de um texto jornalístico.” De acordo com o jornalista, a construção da frase, a escolha da palavra exata, a técnica da harmonia e do comportamento, nada disso é refratário às regras do jornalismo.

Mas a defesa do jornalismo como gênero encontra seu ápice nesta sequência:

Confunde-se literatura com ficção, estabelecendo uma fronteira que não tem nenhuma razão de ser. É como se só um texto ficcional (um conto, um romance) pudesse ser considerado literatura. A questão é bem mais simples, e diz respeito a regras e normas: tudo o que o jornalista não pode ter é uma gota que seja de ficção. Já no conto, ou no romance, tudo que se espera do autor é que ele seja capaz de manipular a realidade, ponto de partida em quase toda a literatura ficcional, e recriá-la, dando até mesmo a supostos absurdos a dose exata de credibilidade. O jornalismo depende da credibilidade que transmite. Na literatura de ficção, isso não acontece. Nela, a credibilidade não faz mais que enriquecer o resultado final. (NEPOMUCENO, 1999, p. 22).

Se Nepomuceno está correto, como classificar o primeiro exemplo como um texto literário? Será que só determinados textos jornalísticos se enquadram como gênero literário? O que nos faz definir o segundo exemplo como texto literário? Como aproximar os dois textos?

Creio que os argumentos de Nepomuceno podem ser refutados, pois contêm um equívoco, que nasce da necessidade, por parte de uma visão distorcida do fazer jornalístico, de pretendê-lo ligado ou até mesmo subordinado à literatura, como se o simples fato de aproximá-los conferisse um estatuto, uma aura de importância legada ao jornalismo pela literatura.³ Nesses tempos considerados pós-modernos, a

3 Depois de ler um texto de Gay Talese sobre o boxeador Joe Louis, no começo dos anos 60, Tom Wolfe relata que fez uma descoberta: “Era que talvez fosse possível escrever jornalismo para ser [...] lido como um romance.” (2005, p. 19). Segundo ele, até então, ninguém costumava pensar que a reportagem tinha uma dimensão estética. A partir daí, vai produzir seus próprios textos de jornalismo literário, utilizando como recursos a construção cena a cena, diálogo realista, ponto de vista da terceira pessoa e registro minucioso dos detalhes.

própria ideia de literatura como um centro deixou de fazer sentido ou, pelo menos, o sentido que fazia no começo do século passado. Para desfazer esse equívoco, um caminho é pensar a relação entre jornalismo e literatura a partir das funções da linguagem, identificadas por Jakobson (2000). Se vamos estabelecer critérios para uma reflexão sobre as relações entre jornalismo e literatura, um deles pode ser colocar no centro das atenções a estrutura linguística da obra, seja ela literária ou jornalística. Para Jakobson (2000), a linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções.⁴

Antes, contudo, faz-se necessário definir o que é jornalismo e o que é literatura. Esta vem do latim *litteratura*, que nasce de outra palavra igualmente latina: *littera*, que significa letra, isto é, sinal gráfico que representa, por escrito, os sons da linguagem.

“O que é literatura?” é pergunta em que cabem várias respostas. Não existe uma resposta correta: cada tempo, cada grupo social tem sua resposta, sua própria definição para literatura. Para isso, pode-se valer de critérios que vão desde o tipo de linguagem empregado até temas e assuntos de que trata a obra, por exemplo.

O novo *dicionário Aurélio* ensina que literatura pode ser, entre outras definições, “arte de compor ou escrever trabalhos artísticos em prosa ou verso”; ou, ainda, “o conjunto de trabalhos literários dum país ou duma época”. (FERREIRA, 1999, p. 1225). Segundo Lajolo (1982), literatura é a relação que as palavras estabelecem com o contexto, com a situação de produção e leitura que instaura a natureza literária de um texto. O que toma qualquer linguagem isto ou aquilo é a situação de uso. A linguagem parece se tornar literária quando seu uso instaura um universo, um espaço de interação de subjetividades (autor e leitor) que escapa do imediatismo, do previsível e do estereótipo das situações e usos da linguagem que configuram a vida cotidiana.

Essa definição por si já cria uma tensão entre literatura e jornalismo. Ora, o que caracteriza o jornalismo é justamente sua temporalidade. De volta ao primeiro exemplo: o número de pessoas empregado durante o governo do Partido Popular

4 Análises baseadas nas funções da linguagem podem ser esclarecedoras. Da mesma forma, estudos jornalísticos podem se utilizar de operadores conceituais do campo linguístico, da literatura e da análise do discurso, como a noção de polifonia (isto é, as vozes polêmicas existentes no discurso ou as diferentes vozes presentes em uma obra literária; ou, ainda, a presença de vozes sociais que representam diferentes pontos de vista sobre um dado objeto), cunhada pelo teórico russo Mikhail Bakhtin ao estudar a obra de Dostoiévski na década de 20 (século XX). A polifonia (assim como o dialogismo) é um conceito importante e passível de aplicação no jornalismo, quando se pensa que toda reportagem é (ou deveria ser) conduzida por um autor (o repórter), que distribuiu no texto outras vozes (das fontes ouvidas por ele). Nesse contexto, a reportagem, assim como um romance, é um gênero polifônico por natureza. Um exemplo de estudo que associa reportagem impressa e noção de polifonia é Jornalismo e polifonia: a reportagem como trama de vozes na construção da identidade de Felipe Klein, de Miranda (2008).

da Espanha como fator decisório para a eleição é informação que só tem sentido no dia da notícia. Seu valor de uso é altamente perecível. Ao contrário, a frase de Carl Sandburg torna-se independente da data em que foi escrita. Aliás, não precisamos de tal dado. Ela brilha, atemporal, tanto hoje quanto daqui a 50 anos.

Ao tentar uma resposta para o que seja literatura, Lajolo (1982) vai pelo caminho que entende a obra literária como um objeto social. Um resumo das ideias dessa estudiosa sobre essa questão pode ser assim descrito: a obra literária só existe a partir do momento em que alguém a escreve, e o outro a leia. Para que um texto seja considerado literário, é preciso algo mais do que o livre trânsito entre seu autor e um eventual leitor. Parece necessário o aval dos canais competentes, ou seja, todas aquelas instâncias às quais cumpre referendar a literariedade, às quais compete estabelecer o valor ou a natureza artística e literária de uma obra considerada literária por seu autor ou eventuais leitores. Esses canais competentes, que endossam um texto como literário ou não literário, são os intelectuais, a crítica, a universidade, a academia.

Já o jornalismo se alimenta dos episódios que acontecem e dos que estão acontecendo. O jornalismo *tout court* diz que toda reportagem deve responder a perguntas básicas, tais como, “Quem? Onde? Como? O quê? Quando? Por quê?”. Em termos técnicos, é o conteúdo fundamental de uma lide tradicional. Assim, sob o ponto de vista jornalístico, o texto de Rossi (1980) é mais adequado que o de Sandburg. Sob o ponto de vista literário, o texto do poeta norte-americano supera em anos-luz o do jornalista. Mas como diferenciá-los?

A essa altura, é possível introduzir o conceito das funções da linguagem, tal como formulado pelo linguista russo Jakobson (2000).

Como se sabe, há seis fatores construtivos da linguagem. Para Jakobson (2000) cada um dos fatores determina uma diferente função. Esses fatores são: o remetente, o destinatário, o contexto, a mensagem, o código, e o canal. Existindo esses seis elementos, há comunicação. Em outras palavras, a característica básica da comunicação se impõe quando “alguém (o remetente, ou emissor) diz alguma coisa a outro alguém (o destinatário, ou receptor)”. (JAKOBSON, 2000, p. 13). A mensagem requer um contexto a que se refere um código total ou parcialmente comum (ao remetente e ao destinatário – por exemplo, a Língua Portuguesa) e um contato, através de um canal (um meio de propagação, como o rádio, a TV ou o jornal impresso), capacitando ambos ao ato de comunicação.

Pois bem, a partir dessa situação, Jakobson (2000) define as seis funções da linguagem: emotiva, conativa, referencial, fática, metalinguística e poética. É importante

dar uma visada nessas funções, mesmo que de modo breve, estabelecendo relações entre função e fatores da linguagem.

A função *emotiva* é centrada no remetente, que exterioriza suas emoções, seus sentimentos. Essa função aparece nas frases exclamativas, nas interjeições, na primeira pessoa dos verbos e dos pronomes. Um exemplo: “Oh! Que saudades que eu tenho/ Da aurora da minha vida/ Da minha infância querida/ Que os anos não trazem mais.”

A função *conativa* relaciona-se com o destinatário. Caracteriza-se por um apelo social e aparece em frases interrogativas, frases imperativas, vocativos e na segunda pessoa de verbos e pronomes. É utilizada, principalmente, em textos publicitários, como os seguintes: Compre isso. Beba aquilo. Veja o filme. Leia o livro.

A função *referencial* tem ligação com o contexto a que se refere, com o fato em si. É uma linguagem de caráter informativo, de constatação. Tal função aparece em linguagem técnica e científica, em linguagem de livros didáticos, em linguagem jornalística. Nessa função, as palavras são empregadas principalmente de modo denotativo. Exemplo: “Bando invade hospital e resgata preso”.

A função *fática* está centrada no contato que se estabelece por meio de um canal entre o emissor e o receptor. Essa função serve para iniciar, prolongar ou encerrar o ato de comunicação, como no seguinte exemplo: “Você está me ouvindo bem?”

A função *metalinguística* está relacionada ao código. A metalinguagem é a linguagem falando de si mesma. Palavras que explicam palavras (como as definições que aparecem nos dicionários), cinema que fala de cinema, teatro de teatro, poesia de poesia. Uma ilustração desse último caso: “O poeta é um fingidor/ Finge tão completamente/ Que chega a fingir que é dor/ A dor que deveras sente.”

Finalmente, a função *poética*, que é centrada na mensagem. Caracteriza-se pela seleção vocabular na sua elaboração. O principal traço da função poética é o emprego de palavras em sentido conotativo. No plano linguístico, tal função vem marcada pelos operadores poéticos, como as figuras de linguagem (ou de estilo), tanto na poesia como na prosa, o emprego de rimas, etc. No caso específico da literatura, Jakobson (2000) ressalta que a função poética não é a única função da arte verbal, mas tão somente a função dominante, determinante, ao passo que, em todas as outras atividades verbais, ela funciona como um constituinte acessório, subsidiário.

No jornalismo, predomina a função referencial, ou seja, o caráter informativo. Eventualmente, utiliza-se o sentido conotativo em algumas manchetes buscando-

se, intencionalmente, a ambiguidade. Por exemplo: “Pobres entram pelo cano”. A matéria refere-se a manilhas que foram transformadas em moradias. Cinco manilhas abandonadas em uma cidade do Rio de Janeiro, São João do Meriti, foram transformadas em casas por pessoas que não têm onde morar.

Evidentemente, essas funções não são compartimentadas, estanques. Um mesmo texto pode apresentar mais de uma ou, até mesmo, todas as funções. O que vale ressaltar é que, quase sempre, existe a predominância de uma determinada função em um texto específico.

Desse modo, poder-se-ia afirmar que, enquanto no texto jornalístico tradicional predomina a função referencial – ou seja, a ênfase é na informação *tout court*, desprovida de opinião –, no texto literário “é permitido” valer-se de todas as funções da linguagem. Dizendo de outro modo, a linguagem é literária quando a produção de um texto se abre a todas as possibilidades e a todos os recursos no trabalho com uma determinada língua e, assim, transcende a mera repetição de fórmulas, estereótipos, clichês e frases feitas, comuns a textos jornalísticos e, evidentemente, a (maus) textos literários.

Há gêneros jornalísticos que permitem uma abertura maior a técnicas literárias, como o perfil de personalidades e reportagens investigativas. Há, também, editorias com a mesma característica, como a de cultura. Tudo vai depender, afinal, de como nos aproximamos de um determinado texto. Isso não impede que o autor lance mão de técnicas literárias ao construir seu texto. Na perspectiva literária, um texto será tão mais eficaz quanto mais propor novas formas de dizer novas velhas coisas.

Em *On Christian doctrine*, Santo Agostinho (1989) anotou que tudo no mundo se divide entre coisas para serem gozadas e coisas para serem usadas. “Usar algo é empregá-lo com o propósito de se obter aquilo que se ama. Gozar algo é ligar-se a ele com amor, por causa dele mesmo. As coisas que devem ser gozadas nos tornam felizes.” (Apud ALVES, 1991, p. 15).

Essa referência deve ser creditada ao filósofo Alves (1991), que lembra:

Também as palavras podem ser usadas como utensílios para nos levar para outros lugares. Pontes. Meios para um fim diferente delas mesmas. Andaimos que devem ser desmontados e esquecidos, depois de terminada a construção da casa. Este é o caminho da ciência. Mas as palavras também podem ser objetos de fruição, se nos ligamos a elas pela mesma razão que nos ligamos a um pôr-de-sol, a uma sonata, a um fruto: pelo puro prazer que nelas mora... Brinquedos, fins em si mesmas, palavras que não são para ser entendidas, mas que são comida para ser comida: o caminho da poesia. (p. 15).

Para atingir seus objetivos, de formar e informar leitores, o jornalismo lida com as palavras como “coisas a serem usadas”. O produtor de obras literárias lida com elas, ou deveria lidar, como “coisas para serem gozadas”.

A importância do estudo de Jakobson (2000) não passou despercebida para autores como Medel (2002, p. 15). Enfatizando o que já foi dito, ele chama a atenção para o fato de que as reflexões sobre as funções internas da linguagem nos permitem apreciar que, no caso do discurso jornalístico, deve ser dominante a função referencial, por ser a que articula sua funcionalidade informativa a sua vontade de construir discursos baseados em fatos reais, que correspondam a acontecimentos extradiscursivos. No caso dos discursos literários, esteja ou não presente a função referencial, deve dominar a função poética ou estética, que reclama atenção sobre o próprio texto e, por isso, tem, por um lado, maior liberdade referencial e, de outro, maiores restrições expressivas (já que o plano da expressão se articula fortemente com aquele do conteúdo).

Como se pode perceber, o entendimento de um texto, de natureza jornalística ou literária – à luz das funções da linguagem – é uma oportunidade para se aproximar desses campos, mas, talvez, seja adequado, a essa altura, retomar separadamente as especificidades da linguagem jornalística e da linguagem literária.

Começemos pela linguagem jornalística. No raciocínio de Lage (1997), essa linguagem mobiliza outros sistemas simbólicos além da comunicação linguística: o projeto gráfico, os sistemas analógicos e digitais de imagem (fotos, ilustrações, charges, *cartoons*) e o sistema linguístico – constituído de manchetes, títulos, textos, legendas (ou seja, o trabalho de edição, normalmente alheio ao autor do texto). É curioso que Lage (1997) chame a atenção para este fato: muito embora coloquemos o texto jornalístico em evidência, ele é afetado, orientado e até mesmo determinado pelo contexto em que se encontra (no caso do impresso, a página do jornal).

Outra questão importante, que não pode ser negligenciada, é que os jornalistas são trabalhadores de uma indústria de prestação de serviços que opera com bens simbólicos. Assim, o jornalismo se propõe a processar informação em escala industrial e para consumo imediato. (LAGE, 1997, p. 35).⁵

Além de ser altamente perecível, presa à urgência dos fatos, a linguagem jornalística está sujeita a outras intempéries. Quando se referem ao texto, as restrições que se

5 Como observa Suzuki Júnior (2003), Truman Capote ganhou do editor William Shawn, da *The New Yorker*, o prazo de seis anos para entregar a primeira versão de “A sangue frio”, produzida entre 1959 e 1965. O ritmo industrial do jornalismo atual praticamente impede uma situação como essa.

aplicam à linguagem jornalística são relacionadas aos registros de linguagem, ao processo de comunicação e aos compromissos ideológicos. Vamos caracterizar os dois primeiros.

Quanto ao registro, a conciliação entre dois interesses – de uma comunicação eficiente e de aceitação social – resulta na restrição fundamental a que está sujeita a linguagem jornalística; ela é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal.

Quanto ao processo de comunicação: a comunicação jornalística é por definição referencial (no sentido jakobsoniano), isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isso impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa. (LAGE, 1997, p. 36-37).

Nesse sentido, Sato (2002, p. 31) vai afirmar que a vocação da notícia é representar o referente, o que torna a notícia, em princípio, verificável. “Ao exigir-se do jornalista o uso da terceira pessoa que garantiria formalmente a impessoalidade do discurso, tem-se como resultado um discurso esvaziado, que acaba por ocultar o processo social que possibilitou a notícia.”

Outra característica apontada por Sato (2002, p. 33) é que o discurso jornalístico faz uma síntese a partir de uma pluralidade de vozes, como se isso bastasse para legitimar a presença de vários pontos de vista. Na medida em que organiza as vozes, apropria-se de falas de outros, o que acaba por atribuir sentidos diferentes.

O jornalismo, por sua própria natureza, acaba sempre por se submeter a regras de conduta. Sintomático dessa característica é o livro do famoso escritor russo Anton Tchékhov: *Um bom par de sapatos e um caderno de anotações: como fazer uma reportagem*. (2007).

Em 1890, Tchékhov decidiu viajar para Sacalina, uma das maiores ilhas do mundo, que recebia deportados pelo governo russo, a qual está situada na costa oriental do império czarista. O escritor russo tinha 30 anos. Levou dois meses e meio viajando, e sua estada na ilha durou três meses, quando, finalmente, voltou para casa. Para ele, um escritor é um repórter. Por isso, ele devia retratar a vida “tal como ela é na realidade”. (Apud BRUNELLO, 2007, p. 129).

O Professor Brunello fez edição das anotações de Tchékhov, de modo que são apresentadas como um roteiro de preparação de reportagem: preparativos, pesquisa e escrita. Nesse último, por exemplo, indica o que é importante para a redação do

texto: indicar as fontes, verificar a confiabilidade, confrontar as fontes mais variadas, citar documentos, por exemplo.

Eis aí, portanto, algumas especificidades da linguagem jornalística. Já em relação ao discurso literário, Proença Filho (1997) considera que ele traz, em certa medida, a marca da opacidade. A linguagem que caracteriza a obra literária é, necessariamente, ambígua e em permanente atualização e abertura, e está vinculada estreitamente ao caráter conotativo que a singulariza. Por força de sua natureza criadora e fundadora, a literatura pode se configurar como espelho ou como denúncia, como conservadora ou como transformadora. Um exemplo de uso da linguagem literária é o conto “As linhas da mão”, de Cortazar (1981):

De uma carta jogada em cima da mesa sai uma linha que corre pela tábua de pinho e desce por uma perna. Basta olhar bem para descobrir que a linha continua pelo assoalho, sobe pela parede, entra numa lâmina que reproduz um quadro de Boucher, desenha as costas de uma mulher reclinada num divã e afinal foge do quarto pelo teto e desce pelo fio do pára-raios até a rua. Ali é difícil segui-la por causa do trânsito, mas prestando atenção a veremos subir pela roda do ônibus, estacionado na esquina e que vai até o porto. Lá ela desce pela meia de nylon da passageira mais loura, entra no território hostil das alfândegas, sobe e rasteja e zigzagueia até o cais principal, e aí (mas é difícil enxergá-la, só os ratos a seguem para subir a bordo) atinge o navio de turbinas sonoras, corre pelas tábuas do convés de primeira classe, passa com dificuldade a escotilha maior, e numa cabina onde um homem triste bebe conhaque e ouve o apito da partida, sobe pela costura da calça, pelo jaleco, desliza até o cotovelo, e com um derradeiro esforço se insere na palma da mão direita, que nesse instante começa a fechar-se sobre a culatra de um revólver. (p. 96).

Nesse texto há complexidade, multissignificação, predomínio da conotação, liberdade na criação, ênfase no significante e variabilidade, características do discurso literário. Seguindo os passos de Proença Filho (1997), pode-se detalhar cada elemento que caracteriza a linguagem literária, que é eminentemente conotativa.

Primeiro, o discurso da literatura se caracteriza por sua complexidade. No discurso não literário, há um relacionamento imediato com o referente. Em certo sentido, a linguagem literária produz; a não literária reproduz. O texto literário é, ao mesmo tempo, um objeto linguístico e um objeto estético.

Outro ponto é que a multissignificação é uma das marcas fundamentais do texto literário como tal. A literatura cria significantes e funda significados. A permanência de determinadas obras se prende ao seu alto índice de polissemia, que as abre às mais variadas incursões e possibilita a sua atemporalidade.

Aliás, sobre essa questão vale lembrar o filósofo e poeta Cícero, que aproveitou o espaço de sua coluna fixa na *Folha de S. Paulo* para analisar o título de um dos ciclos de conferências concebidos e organizados por Adauto Novaes: “Poetas que Pensaram o Mundo”. Para Cícero, a sintaxe do título provoca uma certa estranheza no uso do verbo pensar. Diz ele:

Em geral, é somente como transitivo indireto que o objeto do verbo “pensar” pode ser um nome, de modo que se diz “penso numa (ou sobre uma) rosa ou “penso em (ou sobre) Marcelo”, mas raramente, exceto em poesia, dir-se-ia “penso uma rosa” ou “penso Marcelo”. (2009, p. 12).

De qualquer maneira, ressalta Cícero (2009), trata-se de uma construção admiravelmente apta a exprimir a ambição poética do pensar intuitivo. “Melhor dizendo: ela poeticamente revela a diferença específica do pensamento poético.” (CÍCERO, 2009, p. 12). Ou, em outras palavras, realça o caráter multissignificativo do discurso literário e/ou poético.

Em terceiro lugar, a liberdade na criação. Ela está presente quando se pensa que a literatura consiste na constante invenção de novos meios de expressão ou numa nova utilização dos recursos vigentes em determinada época. “Na maioria dos casos, é a própria obra que traz em si suas próprias regras. A obra de arte literária se faz, fazendo-se.” (PROENÇA FILHO, 1997, p. 41). Em contraponto, merece registro o fato de que há tantos manuais de redação voltados à linguagem jornalística, que exige certa padronização, ao contrário do que acontece com a literária, que, no raciocínio de Proença Filho (1997), quanto à ênfase no significante, ocorre que, “enquanto o texto não-literário confere destaque ao significado, ou seja, ao plano do conteúdo, o texto literário tem o seu sentido apoiado no significado e no significante, com ênfase nesse último”. (p. 43).

Finalmente, a variabilidade, que diz respeito às relações entre língua e literatura. Sabemos que ambas são indissociáveis. Se a língua é um organismo vivo, que sofre mudanças no tempo e no espaço, a literatura vai acompanhar essas transformações. A língua é um conjunto de variedades, de ordem sintática, morfológica, lexical e fonética, e a literatura é um meio poderoso de apresentar essa diversidade, essas diferenças. (PROENÇA FILHO, 1997).

Nessa perspectiva, a literatura parece viver uma eterna condição paradoxal: ao mesmo tempo que é instância de liberdade pelo poder criativo e transformador da linguagem, fornece marcas identificadoras que a conectam a uma determinada época. (BULHÕES, 2007, p. 28).

Vistas e revistas as características de cada linguagem, talvez seja o momento de assinalar uma nova questão, que embaralha ainda mais as relações entre jornalismo e literatura. É justamente quando passamos a entender o jornalismo como uma forma de ficção. Sim, o jornalismo tem um caráter ficcional – não porque seja “invenção” –, na medida em que extrai a informação de um contexto (o acontecimento) e a leva para um contexto diferente (a mídia onde será publicada a notícia). Essa operação coloca sob suspeita, num certo sentido, a veracidade do fato. É por conta disso que Wisnik (1992) questiona: “Por que não incluir os jornalistas na Comédia Humana, se os jornalistas escrevem e fazem diariamente a sua Comédia Humana? Por que poupar a imprensa se a imprensa é essa máquina de representar, máquina ficcional que não poupa nada nem ninguém?” (p. 324).

Vale a pena acompanhar o raciocínio de Wisnik (1992) que, escrevendo sobre “Ilusões perdidas”, de Balzac, identifica a questão ética que permeia o livro na consciência de que o jornalismo é essa máquina de fazer e desfazer contextos:

A idéia de que é possível produzir e validar qualquer fantasia, uma vez que o contexto da representação pode torná-la verossímil e crível mesmo para quem conheça o referente do qual partiu. O jornal, que se serve dos materiais extraídos da realidade, é, como a literatura e o ensaio o são de outro modo, bricolagem, isto é, a construção de uma estrutura significativa com materiais feitos originariamente para outros fins. Assim, não só quando um texto é constituído de informações forjadas, como é o caso, mas de elementos “verídicos”, existe nele uma tendência “ficcional” embutida nos procedimentos de recorte e montagem. Assim também, mesmo quando não é “ficção” ou exatamente por apresentar-se como não sendo, o feito de sentido dado pela congruência dos elementos entre si investe-se de uma certa autonomia em relação ao contexto externo, o que torna o texto, também ele, “mais real do que o real”. Esse campo permite uma margem grande e ao mesmo tempo sutil de manobras (nele está inscrito em sintonia fina o problema da ética jornalística). Pela suposta literalidade da sua representação, ao contrário do caráter declaradamente ficcional da literatura, o jornal aproveita-se duplamente daquela boa (ou má) fé inerente à literatura, dada pelo fato de que queremos acreditar no que lemos, e embarcamos por princípio, mesmo quando armados de recuo crítico, em tudo que se apresente por escrito como crível (esta talvez seja, em tudo o que constitui o mundo do jornal, a ilusão mais difícil de perder). (1992, p. 335).

No mesmo sentido, Sato (2002, p. 31) observa que, apesar da vocação para o *real*, o relato jornalístico sempre tem contornos ficcionais.

Ou, na mesma direção, aponta Bulhões (2007, p. 22): “A realidade factual nunca estaria a salvo de uma construção de linguagem, a qual, por sua vez, é moldada no palco das relações sociais e econômicas.” Desse modo, comenta o autor, os discursos seriam sempre “representações inapelavelmente acopladas a condições materiais e interesses de classes e grupos sociais”. (p. 22).

Tudo considerado, aproximar-se da literatura é benéfico para o jornalismo. Um exemplo dessa aproximação, extraído ao acaso entre os jornalistas que buscam esse diálogo, pode ser conferido na abertura da reportagem: “Expectativa de vida: 20 anos”, de Brum (2008):

No princípio era Gênesis. O nome foi escolha da mãe, a costureira Raimunda, testemunha-de-jeová. O pai, Sérgio, traficante, a enganou e impôs outro no cartório: o seu. Acrescentou, ainda, um Cláudio. Sérgio Cláudio nasceu de sete meses “porque o pai era viciado”, um menino minúsculo com orelhas enormes. Seu berço era uma caixa de sapatos. Aos dez anos, “entrou para o caminho errado” e ganhou um “vulgo”: Fortalece. Foi seu segundo batismo. Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, o Serginho Fortalece, permaneceu invisível por 21 anos. Emergiu há uma semana como único sobrevivente do documentário Falcão – Meninos do Tráfico. Único vivo num grupo de dezessete, ele se tornou visível porque contrariou as estatísticas. A regra para adolescentes como ele é morrer – e não viver. (p. 187).

Textos como esse propiciam identificar uma construção, a partir de técnicas e procedimentos literários, de uma prática jornalística criativa e de forte intensidade. Levam o leitor de textos jornalísticos à concordância do que postula Compagon (2009):

Todas as formas de narração, que compreendem o filme e a história, falam-nos da vida humana. O romance o faz, entretanto, com mais atenção que a imagem móvel e mais eficácia que a anedota policial, pois seu instrumento penetrante é a língua, e ele deixa toda a sua liberdade para a experiência imaginária e para a deliberação moral, particularmente, na solidão prolongada da leitura. Aí o tempo é meu. Sem dúvida posso suspender o desenrolar do filme, pará-lo em uma imagem, mas ele durará sempre uma hora e meia, ao passo que eu dito o ritmo de minha leitura e das aprovações e condenações que Lea suscita em mim. Eis porque a literatura continua sendo a melhor introdução à inteligência da imagem. [...] a literatura não é a única, mas é mais atenta que a imagem e mais eficaz que o documento, e isso é suficiente para garantir seu valor perene: ela é *A vida: modos de usar*, segundo o título impecável de Georges Perec. (p. 55).

Para concluir, impregnado do sentido conotativo caro à linguagem literária, pode-se recorrer a uma bela metáfora do escritor e jornalista Cony (2007), comparando o jornalismo com a literatura. Para ele, o jornalista é “um peixe de aquário, exhibe seu desenho, suas cores, a fosforescência que atrai o leitor. Impossível não admirar um peixe na gaiola iluminada, com água renovada diariamente. É um clown. Precisa de brilho, expressa-se num palco”. (p. 17).

Por outro lado, o escritor é

o peixe da água profunda, vive na treva, em águas onde nem chega a luz do sol. É monstruoso, escuro, quasímido que habita um território impenetrável. Não conhece os limites do palco. Tem o oceano para arrastar seu corpo medonho, sua fome que não escolhe o que comer. (CONY, 2007, p. 17).

Referências

- AGOSTINHO, Santo. *On Christian doctrine*. Trad. de J. F. Shaw. Chicago: The University of Chicago, 1989.
- ALVES, Rubem. *O poeta, o guerreiro, o profeta*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BRUM, Eliane. *O olho da rua*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.
- BRUNELLO, Piero. Um médico no inferno. In: TCHÉKHOV, Anton. *Um bom par de sapatos e um caderno de anotações: como fazer uma reportagem*. Seleção e prefácio de Piero Brunello. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.
- CÍCERO, Antonio. Pensar o mundo. *Folha de S. Paulo*. Ilustrada, p. E12, 19 set. 2009.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.
- CONY, Carlos Heitor. Apresentação. In: BRITO, José Domingos de (Org.). *Literatura e jornalismo*. São Paulo: Novera, 2007. v. 3. (Coleção Mistérios da Criação Literária).
- CORTÁZAR, Julio. *Histórias de cronópios e famas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil: 1904 a 2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto para estudantes universitários*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREIRE, Marcelino (Org.). *Os cem menores contos brasileiros do século*. São Paulo: Ateliê, 2004.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: _____. *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2000.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1997.
- LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MEDEL, Manuel Angel Vázquez. Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- MIRANDA, Fernando Albuquerque. Jornalismo e polifonia: a reportagem como trama de vozes na construção da identidade de Felipe Klein. *Revista Mediação*, Belo Horizonte, ano 8, n. 7, p. 61-78, 2º sem. 2008.
- NEPOMUCENO, Eric. Da arte do bem escrever. *Jornal dos Jornais – Revista da Imprensa*, São Paulo, n. 7, out. 1999.
- PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. São Paulo: Ática, 1997.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTAELLA, Lucia. *Por que as comunicações e as artes estão convergindo?* São Paulo: Paulus, 2005.

SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

SUZUKI JÚNIOR, Matinas. Nem tudo é verdade, apesar de verdadeiro. In: CAPOTE, Truman. *A sangue frio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TCHÉKHOV, Anton. *Um bom par de sapatos e um caderno de anotações: como fazer uma reportagem*. Seleção e prefácio de Piero Brunello. São Paulo: M. Fontes, 2007.

WISNIK, José Miguel. Ilusões perdidas. In: NOVAES, Aduato (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOLFE, Tom. *Radical chique e o novo jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.